

Destaques

União Europeia Merkel e Sarkozy encontram-se hoje para preparar cimeira

# Zona euro aproxima-se de nova solução para crise da dívida

Semana crucial para o futuro da Europa arranca hoje sob a ameaça de uma severa recessão e riscos crescentes de implosão do euro

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Depois de 18 meses de hesitações e meias-medidas adoptadas tarde e a más horas, a zona euro está a preparar uma nova solução que poderá, se tudo correr como esperado, travar finalmente o contágio da crise da dívida.

Esta é a expectativa da generalidade dos governos europeus e dos mercados financeiros no início de uma semana encarada como a última oportunidade para impedir a implosão do euro às mãos dos especuladores.

Os contornos da solução europeia serão hoje concertados entre Angela Merkel, chanceler alemã, e Nicolas Sarkozy, Presidente francês, num encontro em Paris para preparar as propostas que ambos querem apresentar à cimeira de líderes da União Europeia (UE) de quinta e sexta-feira, em Bruxelas.

Muito está ainda por acertar entre as concepções opostas de Paris e Berlim, mas as grandes linhas de um compromisso europeu começam a ganhar forma. Por imposição da Alemanha, a solução passa obrigatoriamente por uma alteração do Tratado da UE para consagrar a "união de estabilidade" assente numa "cultura de disciplina orçamental vinculativa" que é defendida por Merkel.

## Tratado e Convenção

Um novo tratado só emergirá depois de muitos meses de negociações entre os Vinte e Sete, cujo resultado terá de ser ratificado por todos. Mas Merkel quer obter já nesta cimeira um compromisso firme dos seus pares sobre as alterações a consagrar: regras estritas de disciplina orçamental, incluindo um "travão da dívida", sanções mais duras e automáticas para os países incumpridores de modo a impedir negociações entre os governos, e possibilidade de processar os prevaricadores no Tribunal de Justiça da UE (ver texto nesta página).

Além do compromisso de todos os países sobre estes pontos esta semana, Berlim quer que os Vinte e Sete se comprometam ainda a definir até Março o mandato preciso de uma Convenção Europeia – que precede obrigatoriamente as negociações formais de alteração dos tratados – entre os governos, os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, precisou Werner Hoyer, ministro alemão dos Assuntos Europeus a um grupo de jornalistas em Berlim.

As propostas que esta Convenção terá de aprovar num prazo de "dois a três meses" serão depois negociadas e aprovadas por unanimidade dos governos até ao fim de 2012, explicou ainda o governante.

Mesmo se esta alteração dos tratados está longe de ser popular entre os Vinte e Sete, os outros países já perceberam que não têm alternativa senão aceitar uma questão que a Alemanha encara como fundamental para impedir uma repetição da crise.

O próprio Sarkozy, que resistiu du-

2012

A Alemanha quer as propostas da Convenção sobre alteração dos tratados aprovadas até ao final deste ano

rante longos meses à alteração dos tratados, acabou por se resignar, consciente de que, sem eles, não conseguirá que o Banco Central Europeu (BCE) actue de forma decidida para travar o contágio da crise da dívida à Itália ou Espanha e, em última análise, à própria França.

No discurso sobre a Europa da semana passada, Sarkozy acedeu formalmente ao essencial das pretensões de Merkel, dando o sinal que era esperado por Berlim e pelo BCE.

O banco, que nesta questão tem exactamente a mesma linha que Berlim, confirmou implicitamente a espécie de "contrato" que está em preparação para a cimeira.

Os dois líderes querem limar divergências no encontro desta tarde



Mario Draghi, o seu presidente, disse publicamente na semana passada o que o seu antecessor, Jean-Claude Trichet, afirmara durante longos meses em privado aos líderes europeus: antes de o BCE adoptar uma política mais determinada na defesa dos países atacados pelos especuladores, os governos terão de assumir a sua parte da responsabilidade com a adopção de "um novo pacto orçamental".

Draghi não entrou em detalhes sobre o que tem em mente, mas disse o essencial: "a sequência [dos acontecimentos] é importante". Ou seja, primeiro o compromisso dos governos, depois a acção do BCE.

A sua afirmação foi de imediato saudada pelos mercados financeiros, que aliviaram a pressão que mantém há semanas sobre os juros da dívida italiana e espanhola.

No discurso que fez na sexta-feira no Parlamento alemão, Merkel reiterou a posição de que o BCE nunca poderá funcionar enquanto empregador de último recurso dos países atacados, nos moldes dos bancos centrais americano ou inglês. Por uma razão simples: o Tratado da UE proíbe expressamente o BCE de financiar directamente os governos.

Em contrapartida, a chanceler não fez qualquer referência à possibilidade de o BCE continuar a comprar dívida pública no mercado secundário (onde os investidores transaccionam os títulos de dívida que compraram aos governos) para baixar os juros dos

## Plano italiano vale 20 mil milhões Monti abdica de salário como medida simbólica

O novo primeiro-ministro italiano, Mario Monti, parte para a cimeira europeia de quinta e sexta-feira com um novo plano de austeridade, a rondar os 20.000 milhões de euros, pronto para responder à crise nos termos pedidos por Bruxelas e pelos líderes do euro.

Rigor e equilíbrio orçamental, num pacote de medidas que o conselho de ministros aprovou ontem, entre os apelos da Alemanha e da França à disciplina orçamental na zona euro e a pressão dos mercados financeiros.

A urgência de acelerar o plano de ajustamento levou Monti a antecipar para a tarde de ontem a reunião do Conselho de Ministros inicialmente prevista para esta segunda-feira. Hoje, vai explicar as medidas no Parlamento. Para a tarde de ontem, guardou uma medida simbólica a juntar às previsíveis opções do

Governo. Monti, uma escolha do Presidente Giorgio Napolitano para chefiar um executivo de tecnocratas, renunciou ao salário de chefe de Governo e de ministro das Finanças e da Economia, cargos que acumula. "Num momento em que se pedem sacrifícios a todos os cidadãos, é meu dever renunciar" a esse vencimento, justificou no final do Conselho de Ministros.

Com o plano anticrise, Monti prevê que Itália atinja o equilíbrio orçamental em 2014, algo que segundo o Governo não conseguiria de outra forma, mesmo com os planos que Silvio Berlusconi adoptou sob fogo dos mercados – dois pacotes que somam 60.000 milhões.

O plano vai vigorar durante três anos. Mais de 10.000 milhões destinam-se a medidas "a favor do crescimento do tecido industrial e do emprego", esclareceu o Governo. **Pedro Crisóstomo**





O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, inicia amanhã uma ronda pela Europa na qual manterá encontros com vários responsáveis. A crise do euro é o ponto central das reuniões.



PHILIPPE WOJAZER/REUTERS

## Risco de recessão está a alarmar os alemães Alemanha quer um salto quântico para uma união política na Europa

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Berlim rejeita as críticas de indecisão face à crise e o seu ministro dos Assuntos Europeus, Werner Hoyer, diz que o essencial é "trabalhar para o longo prazo"

● "Angela Merkel quer resolver esta crise, mais que do travá-la": com esta fórmula, Ferdinand Fichtner, investigador do DIW, um dos grandes institutos alemães de análise económica, resume a posição assumida pela chanceler ao longo dos quase dois anos de crise da dívida europeia.

É esta postura que explica porque é que o resto da Europa tem vindo a acusar a Alemanha de indecisão, inflexibilidade e surdez aos sinais crescentes de alarme face ao agravamento constante da crise.

"Temos de evitar a excitação de curto prazo antes de cada cimeira, com decisões de curto prazo", diz Werner Hoyer, ministro alemão dos Assuntos Europeus, frisando que, para a Alemanha, "tem muito mais sentido trabalhar para o longo prazo".

"Trabalhar para o longo prazo" significa corrigir a incoerência dos tratados europeus, que prevêm a coexistência de uma política monetária integrada com políticas económicas e orçamentais nacionais.

Por enquanto, Berlin quer sobretudo consagrar uma maior coordenação e supervisão ao nível europeu das políticas nacionais, de modo a impedir que um desvio num país afecte todos os outros (ver texto nesta página).

Uma "europização" das políticas orçamentais, implicando transferências de soberania, está em contrapartida reservada para uma futura revisão profunda do tratado capaz de permitir "um salto quântico" para uma união política, segundo a expressão de Hoyer. "Estamos a falar de passos muito, muito ambiciosos para o desenvolvimento futuro da UE", sublinhou, apontando para um horizonte de "três, quatro anos".

Embora não o assuma oficialmente, Berlin poderá considerar, a partir deste processo, a possibilidade de emissão conjunta de dívida entre os países do euro, através de *eurobonds*, um passo que, do seu ponto de vista, pressupõe uma forte convergência e integração prévias das políticas económicas.

Esta nova integração obrigará no entanto a Alemanha a alterar a sua Constituição, que, com o assentimento do Tribunal Constitucional, confere ao Parlamento nacional a última palavra em temas de soberania orçamental.

A perspectiva alemã exclui em contrapartida, qualquer possibilidade de



Werner Hoyer

intervenção musculada do BCE para defender os países atacados pelos especuladores, na primeira linha dos quais, a Itália e Espanha. Este é o tipo de medida conhecida por "*big bazooka*", defendido por vários países, que encaram o poder de fogo potencialmente ilimitado do BCE — pelo facto de poder criar tanta moeda quanta a necessária — como a única solução para resolver a crise.

Se o Tratado da UE proíbe o BCE de financiar os governos através da compra directa de dívida, nada impede em contrapartida a sua intervenção no mercado secundário com a compra de dívida aos investidores.

### Avaliação de riscos

Embora tenha assumido medidas deste tipo desde Maio de 2010, o BCE fez-o sempre de forma discreta e insuficiente para sossegar os mercados. Esta política tem suscitado uma grande reserva de Berlin — e levou aliás os dois representantes alemães no conselho de governadores do BCE a apresentar a demissão — devido aos riscos de inflação. Um receio que está inscrito nos genes nacionais em resultado do trauma da hiperinflação dos anos 1920 provocada pela impressão de moeda para pagar as reparações da Primeira Guerra Mundial.

Mas Merkel já percebeu que terá de flexibilizar discretamente a sua posição devido aos sérios riscos de recessão

*Embora não oficialmente, Berlin poderá considerar no futuro a emissão conjunta de dívida entre os países do euro, os eurobonds*

são que pairam sobre a sua economia se a crise da dívida se prolongar.

"Se houver uma recessão, a população [alemã] culpará a crise da dívida, o que poderá tornar a sua resolução impossível", avisa Fichtner, do DIW, considerando por isso "urgente" resolvê-la.

Os dois governos de "unidade nacional" em Itália e a na Grécia ajudaram a convencer Berlin por terem afastado os receios de um eventual relaxamento dos esforços em troca do apoio europeu — o chamado *moral hazard*, de que Silvio Berlusconi era o expoente máximo.

Mas, avisa Ulrike Guérot, investigadora do European Council on Foreign Relations (ECFR), "se a França quer que a Alemanha salve o euro, tem de perceber que não é de graça e que o preço a pagar será uma união política". Depois de ter cedido o marco em 1992, com o Tratado de Maastricht, a Alemanha "está agora muito menos disposta a dar algo", frisa.

Os alemães só aceitaram o euro na condição de que fosse construído à imagem e semelhança do marco e gerido por um BCE decalcado do banco central alemão: independente do poder político e concentrado unicamente na luta contra a inflação.

Os alemães aceitaram, igualmente, o argumento dos responsáveis políticos de então de que a moeda única era o corolário lógico do mercado interno europeu de que as empresas altamente exportadoras da Alemanha são as grandes beneficiárias.

Hoje, os alemães sentem-se traídos, acusando os países "laxistas" de terem provocado a crise por não terem cumprido a sua parte do "contrato" e recusam "pagar" para os salvar.

Há quinze anos, frisa Guérot, 70% dos alemães acreditava que a Europa era o futuro. Hoje, 70% pensa o contrário. Os mesmos 70% não acreditam que a Alemanha é o país que mais beneficia do mercado único europeu.

O grande consenso europeu que imperou na classe política alemã durante décadas, está a desfazer-se ao mesmo ritmo com uma nova geração que questiona sistematicamente o valor acrescentado da Europa. "A geração que defendia a "Europa a qualquer preço" está a ser substituída a passos largos pela geração da "Europa a que preço?", analisa Guérot.

Os alemães também não esquecem que propuseram em 1994 aos franceses a construção de uma união política (com a chamada iniciativa Lamers/Schaible), mas estes não se dignaram sequer reagir.

"Agora, a Alemanha quer obter o que não conseguiu na altura", resume a investigadora do ECFR. Com a diferença, frisou, que "este Governo não pedirá a ninguém para o seguir, e avançará com os países que quiserem, e puderem".

países sob pressão. Paris e Berlin entenderam-se, aliás, de forma tácita a não fazer qualquer referência a esta eventualidade, de modo a não condicionar os responsáveis monetários.

O BCE tem vindo a comprar dívida no mercado secundário desde Maio de 2010, embora o faça com alguma relutância e em quantidade insuficiente, precisamente por temer que, protegidos por uma rede de segurança, os governos relaxem os esforços em termos de redução do endividamento e de reformas estruturais.

Berlin quer que as alterações ao Tratado da UE se limitem às "estritamente necessárias" para assegurar a sua união de estabilidade.

### As reservas de Londres

Londres também tentou resistir à revisão do tratado, temendo ser confrontado com os eurocéticos do Partido Conservador, no poder, para retirar competências à UE e devolvê-las aos Estados-membros. Segundo Hoyer, no entanto, "está fora de questão abrir a Caixa de Pandora".

Para obter a anuência dos ingleses, os alemães sugerem que mesmo com o tratado revisto a Vinte e Sete, as novas disposições se apliquem apenas aos Dezassete países do euro.

Se Londres recusar, Berlin já deixou claro que avançará para um acordo, ou um tratado, a Dezassete, a solução igualmente preferida por Paris, deixando o Reino Unido cada vez mais isolado na Europa.